



## GT 023. Antropologia, gênero e saúde no contexto neoliberal e neoconservador no Brasil: desafios e estratégias de enfrentamento

Rozeli Maria Porto (UFRN) - Coordenador/a, Mônica Franch (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a

Nas últimas décadas, o avanço na pesquisa antropológica sobre as articulações entre gênero, saúde e sexualidade tem evidenciado problemáticas importantes no campo dos Direitos Humanos e fundamentais. Reflexões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva de mulheres e homens, em suas várias orientações de gênero e sexualidade, têm provocado aos pesquisadoras em um campo moral a pensarem no entrecruzamento desses direitos com diferentes marcadores sociais da diferença. Essas questões se tornam urgentes num contexto hodiernamente sombrio no país, marcado pela implantação de um projeto econômico e socialmente excludente, que está levando ao desmonte de políticas públicas de saúde. Os direitos relativos ao aborto, ao parto humanizado, o acesso a serviços de saúde para travestis e transexuais ou, ainda, a prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, como o HIV/Aids, estão cada vez mais ameaçados diante de tais circunstâncias. Frente aos desafios impostos por esse contexto neoliberal e neoconservador, a proposta deste GT é refletir sobre as estratégias teóricas, metodológicas e políticas que estamos desenvolvendo no cotidiano de nossas pesquisas em torno das questões de gênero, saúde e sexualidade. Podem girar em torno de temas como maternidade, aborto, HIV/Aids, Tec. Reprod., diversidade sexual e transexualidade, e suas articulações entre gênero, classe, raça, etc; relações e/ou conflitos com o Estado; fluxos de poder, influências políticas, morais e/ou religiosas.

### Contraceção no Brasil: biopolítica e moralidades em jogo

**Autoria:** Elaine Reis Brandão

O planejamento reprodutivo no Sistema Único de Saúde não abrange as mulheres que dele necessitam, penalizando as mulheres pobres e negras. Em geral, elas compram os métodos hormonais (pílulas ou injeção) nas farmácias, sem passar pelos serviços públicos de saúde. Mesmo entre usuárias de métodos hormonais ou de barreira (condom), a contingência da gravidez é frequente, em razão de esquecimentos, falhas ou interrupções neste uso. A contraceção é um processo relacional, sujeito a condições sociais, de saúde e ciclo de vida, parceria sexual (ocasional ou estável) e hierarquia de gênero. Tal aprendizado e controle estão submetidos a muitos aspectos, sendo recorrente a gravidez imprevista. Assim, não é incomum que as mulheres recorram à contraceção de emergência, acessível nas farmácias, sem prescrição médica. Há uma tensão na disputa pelos significados a ela atribuídos no Brasil, onde o aborto permanece ilegal. Aborda-se a contraceção de emergência como objeto multidimensional e intrinsecamente conflituoso, envolto em controvérsias sociais e políticas pelo fato de seu estatuto moral em relação à reprodução estar situado entre aborto e contraceção. Isso faz com que seus significados se desloquem incessantemente, sendo socialmente reelaborados, conforme perspectiva que se tome para enquadrá-la. Na via normativa da saúde, deslizamento ocorre entre prevenção à gravidez e riscos à saúde que contraceptivo hormonal poderia aportar. Pela via das questões de gênero, sexualidade e geração, sobressai capacidade do sujeito de se autocontrolar e se autocuidar, exercitando sua autonomia, com os atributos relativos à (ir)responsabilidade e (in)disciplina sendo frequentemente mobilizados. A discussão mais recente sobre a proposta de introdução dos métodos contraceptivos de longa duração (LARC) - implante hormonal subdérmico, com duração de três anos, e dispositivo intrauterino liberador de levonorgestrel, com duração de cinco anos - no Sistema Único de Saúde permite-nos problematizar as estratégias discursivas utilizadas para justificar a propriedade destes métodos em "populações especiais" ou "populações vulneráveis". O debate sobre o planejamento reprodutivo precisa compreender melhor as descontinuidades contraceptivas no uso de métodos, a centralidade da contraceção



de emergência e o quanto as hierarquias de gênero dificultam uma prática contraceptiva segura. Ao contrário, a ênfase na (in)disciplina ou (in)capacidade da mulher, em especial, adolescentes, no tocante aos cuidados com a prevenção da gravidez termina por reforçar sua condição de minoridade social.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

